

O COOPERATIVISMO E A COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE MARÍLIA (COOPEMAR)

DOI:10.4025/percurso.v6i2.22939

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes

Doutorando em Geografia pela UEM e professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

E-mail: profpedrofernandes@gmail.com

RESUMO: Atualmente os ideais de cooperação parecem se perder no meio de uma sociedade cada vez mais individualista e consumista. O cooperativismo, como movimento ideológico, surgiu na Europa com o princípio de solidariedade. Estudiosos ingleses, como Robert Owen e William King, franceses, como Charles Fourier e Luís Blanc, e outros, como os germânicos e suíços, foram importantes para estabelecer os princípios do sistema cooperativista. No Brasil, existe uma cultura de cooperação desde a colonização portuguesa, principalmente após a escravidão. A partir do início do século XX, as cooperativas surgiram com veemência, principalmente com modelos trazidos por imigrantes europeus. Elas se multiplicaram em meados do século por meio das cooperativas agrícolas. No interior paulista e paranaense, muitas cooperativas surgiram no contexto do cultivo do café, como a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília (Coopemar). O principal objetivo é contribuir com as discussões acerca do cooperativismo e apresentar uma cooperativa que mantém a mesma estrutura de sua consolidação apesar da implantação do novo modelo agrícola brasileiro, a partir da década de 1950, que acabou por alterar o perfil das cooperativas nacionais. O que parece em trânsito, então, é o surgimento de um novo padrão de cooperativa no Brasil: as cooperativas empresas (híbridas), vinculadas ao agronegócio, com raras exceções, como é o caso da Coopemar. Apesar disso, a cooperativa vive um momento de reflexão e tomada de decisão quanto a se industrializar para se manter ativa. Os procedimentos metodológicos partem de levantamentos bibliográficos, de dados e trabalho de campo, com entrevista.

Palavras-chave: Cooperativismo; Coopemar; Marília (SP).

COOPERATIVE AND THE COFFEE GROWERS COLLECTIVE OF THE REGION OF MARILIA (COOPEMAR)

ABSTRACT: Nowadays, the ideals of cooperation seems like losing in the middle of a society more and more individual and consumerist. The cooperative as an ideological movement emerges in Europe as a principle of solidarity. England studios, as Robert Owen and William King, French like Charles Fourier and Luís Blanc, and others, like Germanic and Swiss were important to establish the principles of cooperative system. In Brazil, there is a culture of cooperation since the Portuguese colonization, mainly after slavery. From the beginning of 20th century, the cooperatives appeared with vehemence, mostly with models brought by Europeans immigrants.

They multiplied by mid-century, with the agricultural cooperative. In Sao Paulo and Parana interior, many cooperatives in the context of coffee farming as the Coffee Growers Collective of the Region of Marília (Coopemar). The mainly goal in to contribute with the discussions around cooperative and to show a cooperative that keeps the same structure of its setting, besides deployment of the new Brazilian agricultural model, from the 50th, which eventually changed the Brazilian cooperatives profile. What seems in traffic, then, is the appearance of a new standard of cooperatives companies (hybrids), linked to agribusiness, with uncommon exceptions, like Coopemar case. Besides, the cooperative faces a moment of reflection and decision-making as to industrialize itself in order to keep it active. The methodological proceedings start by bibliographic survey, by data and fieldwork, with interviews.

Key words: Cooperative; Coopemar; Marília (SP).

1 INTRODUÇÃO

Em Ciências Humanas, especialmente a ciência geográfica, as análises devem contemplar as categorias espaço geográfico e tempo, sociedade e meio ambiente. Nesse sentido, a motivação desta redação é discorrer acerca de uma realidade que está vinculada e deve ser entendida por esses quatro elementos. Além disso, o tema principal desta redação, o cooperativismo, condiciona a vida de milhões de brasileiros e dinamiza, de diversas formas, a economia nacional.

Nesse sentido, o termo cooperação, segundo Pinho (1966, p. 7), pode ser definido como “uma forma de integração social e (...) entendida como ação conjugada em que as pessoas se unem (...) para alcançar o mesmo objetivo”, que ocorre a partir de duas condições imprescindíveis: i) liberdade e comunidade e ii) trabalho livre e grupal (PEREIRA, 1995).

O cooperativismo, como movimento, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 1990, p. 5), “visa corrigir as distorções sócio-econômicas do capitalismo e do comunismo na medida em que valoriza o trabalho e não o capital”. Esse movimento, em sua gênese, apresenta as seguintes características: “propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa” (RIOS, 1989, p. 13).

Assim, cooperativa, para Rios (1989, p. 16-17), é “uma associação voluntária com fins econômicos, podendo nela ingressar os que exercem uma mesma atividade”, onde é regulamentada à base de “um homem, um voto”. Nesta associação, gestada pelos próprios cooperados, “o benefício é proporcional à sua participação nos serviços prestados” (OCB, 1990, p. 5). Pinho (2004), ainda lembra que a função imediata da cooperativa é atender as necessidades

econômicas dos usuários, desde que não seja o fim imediato, mas sim a multiplicação ou rendimento do capital investido.

As formas de classificação das cooperativas são diversas e dependem do ponto de análise. As mais comuns são as de produção, consumo e de crédito. Entretanto, outras formas podem ser destacadas, como: cooperativa de habitação, produção industrial, de trabalho, de funcionários públicos, profissionais liberais, entre outras. (PINHO, 2004; RIOS, 1989).

O principal objetivo deste trabalho é contribuir com as discussões acerca do cooperativismo, apresentando sua história e bases ideológicas no mundo e, posteriormente, suas influências e gênese no Brasil. São outros objetivos, não menos importantes: abordar a realidade do cooperativismo no Brasil, apresentar a história, evolução, ciclos econômicos e transformações da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília (Coopemar) e compreender como ela está inserida no contexto atual do cooperativismo.

Os procedimentos metodológicos foram: levantamento bibliográfico acerca do tema e de dados vinculados a problemática; trabalho de campo, com a finalidade de conhecer a Coopemar e realizar entrevista; e sistematização das informações obtidas na elaboração da redação final.

O recorte do trabalho é a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília (Coopemar), apresentada na Figura 1, que está localizada na área urbana do município de Marília, no Centro-Oeste do Estado de São Paulo (Figura 2). O município de Marília foi fundado em 04 de abril de 1929 como consequência da expansão cafeeira e ferroviária pelo interior paulista. Está localizado na chamada Alta Paulista, distante 443 quilômetros da capital estadual, São Paulo, e conta com aproximadamente 220 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Marília possui uma área total de 1.194 quilômetros quadrados, sendo 3,5% de área urbana e 96,5% de área rural (MARÍLIA, 2010). Segundo Santos (2009, p. 14), está localizada no Planalto Ocidental Paulista, com altitude de 650 metros e um relevo tabuliforme, movimentado e acidentado; a área urbana está no topo (espigão do divisor de água) e a área rural a partir das escarpas, com altas declividades, até as áreas de planície. O relevo e os vales, chamados regionalmente de “Vales dos Itambés”, influenciam, diretamente, na agricultura mariliense.



Figura 1 – Sede da Coopemar, em Marília (SP)
Fonte: Coopemar (2003, p. 2)

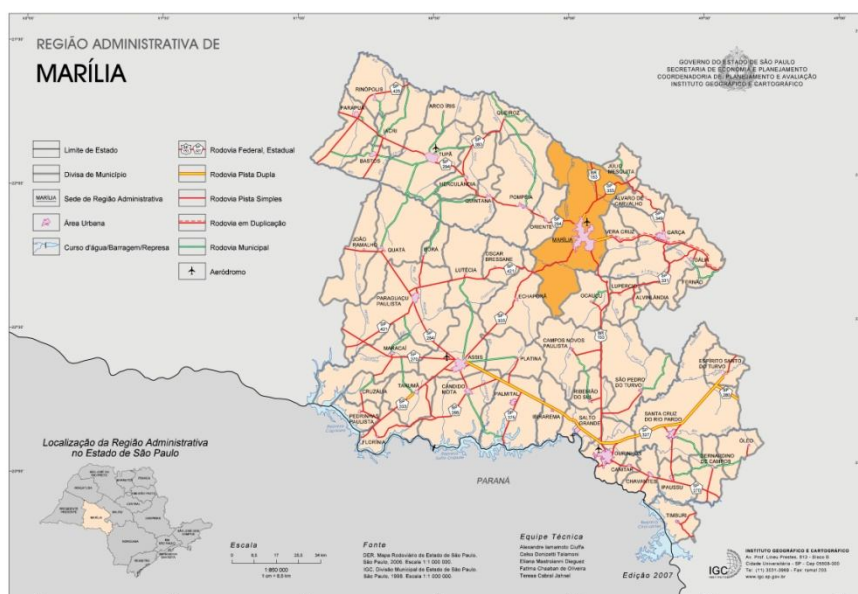


Figura 2 – Marília (SP). Localização
Fonte: Instituto Geográfico de Cartografia (IGC)

2 O HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo como movimento ideológico emergiu em quatro países europeus de diferentes organizações e objetivos econômicos, mas com o mesmo princípio de solidariedade:

Inglaterra, Suíça, França e Alemanha. Na Inglaterra e Suíça surgiram às cooperativas de consumo, na França se ensaiavam as tentativas de cooperativas de produção e na Alemanha se formaram as primeiras cooperativas de crédito. (MAUREN JÚNIOR, 1966).

Nesse contexto, destaca-se a Inglaterra e a França, devendo-se lembrar que o momento econômico que se vivia era de “consolidação do capitalismo e das conseqüências sociais e econômicas geradas pela Revolução Industrial na Europa” (SERRA, 2009, p. 142).

A Inglaterra foi o primeiro país onde as idéias cooperativistas germinaram. Apesar de se iniciarem no século XVII, só ganharam força dois séculos depois. Segundo Mauren Júnior (1966, p. 25-38), surgiram três doutrinadores que fundamentarão as bases ideológicas e a essência do cooperativismo mundial.

O primeiro precursor foi John Bellers que sugeriu a criação de casas comunais e indústrias associadas. O segundo, e mais importante, foi Robert Owen que defendia uma reorganização da sociedade sobre princípios de justiça e de fraternidade onde resultasse na educação e no bem estar dos trabalhadores. Foi ele o primeiro a definir o termo *cooperação* em sentido econômico e o semeador dos ideais que resultaram, anos depois, por meio de discípulos, na fundação da Cooperativa de Rochdale.

Segundo Maurer Júnior (1966) e Carneiro (1981), foi em Rochdale, cidade de quase 25 mil habitantes na época (96 mil habitantes, no Censo inglês de 2001) e próxima a Manchester, na Inglaterra, que foi organizada, em dezembro de 1844, uma cooperativa muito bem estruturada. Teve origem em uma greve de tecelões de flanelas que temiam serem substituídos pelas máquinas a vapor. Estes trabalhadores começaram a se reunir com a finalidade de buscar uma maneira de aliviar a situação de penúria e miséria em que viviam. Os princípios traçados pelo grupo foram: i) fundação de um armazém para venda de alimentos e vestuários; ii) construção de boas casas; iii) montagem de uma linha de produção que garantisse trabalho; iv) compra ou arrendamento de terrenos para cultivo; v) destinação de parte da sobra à criação de um estabelecimento para a instrução e o desenvolvimento moral dos cooperados; e, vi) organização do trabalho e da educação, além de ajuda a outros grupos, visando a fundação de novas cooperativas.

Por fim, o terceiro, foi William King que se preocupava com a importância dos armazéns de distribuição no varejo, como fator de renovação econômica; seu esforço teve como resultado a constituição de aproximadamente trezentas cooperativas.

Na França, o surgimento do cooperativismo teve uma lógica diferente da inglesa: a tentativa de criar sociedades de produtores. De acordo com Mauren Júnior (1966, p. 40), “os primeiros socialistas, desde a revolução francesa, são os seus precursores”. Entre eles destacam-se três.

O primeiro é Charles Fourier que foi o idealizador dos falanstérios, que consistem de associações onde algumas centenas de famílias viveriam em comunidade societária dotada de toda infraestrutura necessária, como refeitório, sala de aula, biblioteca, casas, entre outros, e o defensor da abolição do trabalho remunerado e da distinção, na sociedade, entre ricos e pobres.

O segundo é Louis Blanc que defendia, principalmente, um papel maior do Estado no financiamento da classe trabalhadora. Esta, por sua vez, após colher os resultados devolveriam parte do financiamento para o Estado. O terceiro é Charles Gide que foi um importante representante da Escola de Nimes.

A Escola de Nimes (1885) surgiu de um movimento onde o interesse era criar uma cooperativa de consumo parecida com a de Rochdale. A principal cooperativa oriunda desta escola é a Société d’Economie Populaire (Sociedade de Economia Popular) idealizada por Boyve e materializada por meio de esforços de Augusto Fabre e, principalmente, de Charles Gide. (MAURER JÚNIOR, 1966).

Partindo disso, em 1937, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), estabelece os princípios da nova base do sistema cooperativista, após reformular os princípios de Rochdale: “adesão livre, controle democrático, retorno dos excedentes em proporção às operações, taxa limitada de juros ao capital social, neutralidade política, religiosa, etc., educação cooperativista e integração cooperativa” (PINHO, 1977, p. 3; KEIL e MONTEIRO, 1982, p. 99-100; SERRA, 2009, p. 142-143).

A ACI foi criada em Londres, Inglaterra, em 1895, para continuar as obras dos pioneiros de Rochdale; atualmente sua sede está em Genebra, na Suíça. Representa as cooperativas do mundo inteiro, congregando mais de um bilhão de pessoas de diferentes nacionalidades. Em 1997 (até

2001), pela primeira vez na história, a ACI foi dirigida por um brasileiro – Roberto Rodrigues. (PINHO, 2004).

3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

No Brasil, a análise sobre a evolução do cooperativismo mostra, com base em Pinho (2004, p. 13), que existiu desde os “primórdios da colonização portuguesa, o processo de criação de uma cultura da cooperação”. Segundo a autora, essa cultura emergiria com força apenas no século XX. Já para Takahashi (1982, p. 6 *apud* PEREIRA, 1995, p. 35), desde o final do século XIX, existia “o interesse por esse novo tipo de sociedade à situação sócio-econômica criada com a abolição da escravatura”.

De fato, a história do cooperativismo no Brasil começou com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 1989, após o escravismo (PINHO, 2004, p. 13). Outras cooperativas tentaram se organizar como sociedade, segundo Maurer Júnior (1966): Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica (1891), em Limeira (SP), a Cooperativa Militar de Consumo (1894), no Rio de Janeiro (RJ), e a Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe (1895), no Estado de Pernambuco.

A partir do século XX, as cooperativas surgiram com veemência, principalmente com modelos trazidos por imigrantes europeus. Entretanto, a expressividade e os resultados concretos eram pequenos. De modo geral, as cooperativas ganharam destaque e peso no Brasil apenas em meados do século, por meio das cooperativas agrícolas. As cooperativas vinculadas ao setor agrícola, “passaram a crescer na exata proporção das vantagens financeiras que tiveram condições de oferecer aos associados, ficando relegados a segundo plano aspectos de cunho social e ideológico” (SERRA, 2009, p. 143).

Portanto, é a partir da década de 1960 que as cooperativas surgem, se consolidam e conseguem atingir resultados satisfatórios no Brasil, como o caso da Caixa Rurais do Rio Grande do Sul (50 mil associados), da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (20 mil associados) e da Cooperativa de Consumo da Lapa (15 mil associados). Partindo disso, em julho de 1965, existiam no País, 5.893 cooperativas, onde 30,1%

eram de produção agropecuária, 27,2% de consumo, 8,6% de crédito e 34,1% dos demais tipos. (MAURER JÚNIOR, 1966).

O Governo Federal empenhou-se em organizar, no final da década de 1950, cooperativas de produtores de café nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, expandindo o cooperativismo deste setor para exportação. Entretanto, este apoio acabou influenciando mais o cooperativismo agrícola no Estado de São Paulo do que no Rio de Janeiro. Isto explica o salto de quatro cooperativas de produtores de café, na década de 1950, para 27, na década de 1960. (SILVA *et al.*, 2003).

Logo, pode-se dizer que no interior paulista as cooperativas, introduzidas pelos imigrantes, surgiram no contexto do complexo rural, com o cultivo do café, onde dependiam do trabalho familiar e tinham o auxílio financeiro do governo brasileiro. A implantação do novo modelo agrícola brasileiro, a partir da década de 1950, transformou as cooperativas em poderosos instrumentos do Estado (SERRA, 2009). Segundo Serra (2009, p. 144), “o modelo tradicional era, ainda, grande absorvedor de mão-de-obra, o que fazia com que o homem se fixasse mais na zona rural”.

Com o novo modelo agrícola, ocorrem mudanças e consequências, como: dependência muito mais de instrumentos que demandam capital do que do fator trabalho (gerando desemprego no campo), dependência de áreas maiores para plantio (ampliando a concentração fundiária) e implantação de lavouras especializadas (diminuindo a diversidade e a subsistência); sem deixar de considerar que as estruturas que existiam nas propriedades em função das lavouras de café e da manutenção do homem no campo, acabaram por sumir gradativamente. (SERRA, 2009).

Nesse contexto, surge, em 1971, por meio da Lei 5.764, a OCB, que como sociedade civil, de natureza privada, sem fins lucrativos e sediada em Brasília, vai fixar e direcionar as diretrizes políticas do sistema cooperativista (PINHO, 2004).

A partir da década de 1990, segundo Silva *et al.* (2003), o cooperativismo brasileiro apresentou um crescimento efetivo: em 1990, existiam 4.666 cooperativas registradas no Departamento Nacional de Registro Comercial (DNCR), enquanto que em 2001, o número saltou para 20.579 cooperativas – isto equivale a um crescimento de 331%. Esta mesma tendência de crescimento também pode ser verificada quando se analisa os números de cooperativas filiadas a

OCB: em 1990, existiam 3.440 cooperativas afiliadas, número que saltou para 7.026 cooperativas em 2001 – crescimento de 104% ao longo da década.

Pensar as perspectivas futuras do cooperativismo no Brasil requer muitas discussões e reflexões. O que parece em trânsito é que o novo modelo agrícola incentivado e impulsionado pelo governo Federal viabilizou o surgimento de um novo padrão de cooperativa no Brasil: as cooperativas empresas (híbridas), vinculadas ao agronegócio, com raras exceções. Ou seja:

[...] De maneira geral, até o surgimento do novo modelo, as cooperativas eram recebedores e repassadores de matérias-primas produzidas pelos associados, cumprindo seu papel no rompimento da cadeia de intermediação. Nesta fase, colocavam-se bem próximas dos associados e se identificavam mais com as propostas e as teorias que deram origem ao sistema. Na nova fase, ao contrário, ao se consolidarem como grandes empresas híbridas acabaram se distanciando de suas bases sociais gerando, como consequência, uma série de ambigüidades que vão caracterizar sua nova forma atuação (SERRA, 2009, p. 144-145).

Para Silva *et al.* (2003, p. 99), o futuro do cooperativismo caminha e está “condicionado aos encaminhamentos das questões mais amplas pela sociedade brasileira”. Ainda segundo ele, percebe-se, entretanto, “um novo vigor às discussões sobre o futuro do cooperativismo brasileiro”, que ocorre a partir do esforço entre os órgãos de representação, gestores, membros associados, órgãos públicos e intelectuais, “em procurar redefinir o perfil e reconquistar a credibilidade do cooperativismo junto ao conjunto da sociedade”.

4 A COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE MARÍLIA (COOPEMAR)

A história da Coopemar começou em 1961 por meio de “116 produtores pioneiros que fundaram a Cooperativa Mista dos Agricultores da Zona de Marília” (COOPEMAR, 2003, p. 1), quando o município de pouco mais de três décadas de consolidação política já vivia o início do seu processo de industrialização. Segundo François Régis Guillaumon, presidente da Coopemar desde 1977, os pioneiros eram, na sua maioria, de pequenos produtores e de origem familiar. No dia 22 de julho de 2010, ele concedeu, na sede da Coopemar em Marília, uma entrevista respondendo a um roteiro indagador (em anexo).

Ao final do primeiro encontro, no dia 05 de novembro, a cooperativa já estava constituída, com estatuto aprovado, capital inicial subscrito, sede provisória (Associação Rural de Marília) e a primeira diretoria eleita – Francisco Wilson de Almeida Pirajá, como presidente (COOPEMAR, 2003, p. 1). Isto permite concluir que o seu surgimento não ocorreu como um evento isolado, mas sim, estava vinculado a uma política de apoio externo (principalmente bancária) que ajudou a fundar, praticamente no mesmo tempo (início da década de 1960), inúmeras cooperativas pelo território nacional.

Para Mattedi (1991, p. 4-7), na cartilha comemorativa de 30 anos da Coopemar, *A união faz a cooperativa*, a finalidade de montar a cooperativa era de acabar com os intermediários, que por controlar as sete máquinas de beneficiamento do café na cidade cobravam o preço que quisessem, e comprar adubos e produtos em maior quantidade e, por conseguinte, mais baratos.

Dois meses depois da fundação, a cooperativa recebeu o registro do Departamento de Assistência ao Cooperativismo de São Paulo e alugou um edifício simples no Bairro Fragata, em Marília, para começar beneficiar o café dos produtores. Segundo a Coopemar (2003, p. 1), naquele momento a cooperativa contava com apenas uma máquina de beneficiamento, com capacidade para beneficiar cerca de 100 sacos/dia e outra máquina para beneficiamento do arroz.

Até meados da década de 1960, a cooperativa trabalhava em pequena escala, com o arroz, o amendoim e o café. No ano de 1966, como estratégias de desenvolvimento econômico, mudou-se para um barracão próximo a linha férrea da Ferrovia Paulista S/A (Fepasa), no centro de Marília, alterou o nome para Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Marília e passou a trabalhar quase que exclusivamente com café.

Segundo Guillaumon, naquele momento, a cooperativa vivia o seu apogeu: contava com mais de 3,5 mil cooperados e o café, mesmo já sofrendo com as mudanças agrícolas que o Brasil enfrentava, estava no auge na região do município de Marília, com produção aproximadamente de 250 mil sacos por ano.

Este ápice, da década de 1960, trouxe grande fluxo de capital para a cooperativa, permitindo que ela passasse por uma grande ascensão física durante a década de 1970 e início da década de 1980. O símbolo deste momento foi a construção, entre 1978 e 1983, da sua sede principal.

Em 1983, quando a ferrovia já apresentava intenso declínio na região, a cooperativa mudou-se para uma ampla área próxima a Rodovia do Contorno, ponto estratégico por ser o entroncamento das rodovias BR-153 (Trasbrasiliana), SP-294 (Comandante João Ribeiro de Barros) e SP-333 (Rachid Rayes), na Zona Oeste de Marília, onde está até os dias de hoje e mudou, pela última vez, o seu nome, passando a se chamar efetivamente Coopemar.

Entretanto, a partir de meados de 1980, a Coopemar passou a enfrentar sérios problemas financeiros. Ocorreu a partir do final da década de 1950 e, de maneira mais intensa, ao longo da década de 1960 e 1970, um incentivo ao processo de industrialização no Brasil, principalmente em São Paulo, e uma série de alterações no campo. Os fatores foram de ordem internacional, nacional e regional/local.

Os fatores internacionais foram: proposição de um pacote tecnológico denominado Revolução Verde e dependência econômica brasileira do mercado externo que define o produto de seu interesse. O primeiro se resume a inovações tecnológicas propostas por corporações internacionais, ou seja, do interesse do capitalismo, e passaram a orientar a agricultura no Brasil. O segundo está relacionado à superprodução de café brasileiro que, atrelado a outros fatores, fez com que os preços despencassem e o governo incentivasse a erradicação de cafeeiros; associado a isso, o Brasil tinha que pagar sua dívida externa, sendo necessária, por parte do governo, uma reformulação rápida. (ENDLICH, 1998, p. 66-67).

Os fatores nacionais, segundo Moro (1991, p. 105-106), foram: aprovação e homologação do estatuto do trabalhador rural, políticas de crédito agrícola e políticas de erradicação do café e incentivo a culturas de oleaginosas. O primeiro diz respeito ao estatuto de 1963, que fez com que muitos pequenos produtores, com receio de não conseguir cumpri-lo, passaram a utilizar mão-de-obra temporária. O segundo está relacionado com o processo seletivo para o crédito rural, o que acabou por beneficiar os médios e grandes proprietários. Por fim, o terceiro fator passa pela fixação do preço do café e do estímulo à diversificação de culturas – principalmente a soja.

Já os fatores regionais e locais são característicos de cada área. Podem variar entre ataques de pragas a questões relacionadas com o clima, como a geada de 1975 e outras várias. Em Marília, estes estão relacionados ao aparecimento da ferrugem e a descoberta da infestação dos cafezais por nematóides no início da década de 1970.

Segundo a Coopemar (2003, p. 2), paradoxalmente, estes problemas foram responsáveis pela expansão física da cooperativa na região. Isto porque, com o declínio do café ela passou a buscar novos produtos e alternativas para sua sobrevivência, passando a inaugurar filiais em cidades próximas. Assim, em 1984 foi inaugurada uma filial em Paraguaçu Paulista, em 1986, em Lutécia, em 1987, em Assis, e, sucessivamente até 1992. Todavia, essa “expansão” era ilusória e mascarava a realidade financeira que a cooperativa enfrentava, até porque muitas destas filiais foram fechadas menos de uma década depois de sua inauguração, como o caso de Lutécia, desativada em 1993.

Os problemas enfrentados pela Coopemar começaram com a diminuição drástica da lavoura cafeeira e da quantidade de café na região. Muitos produtores deixaram de plantar café e a solução imediata foi incentivar a pecuária de corte, principalmente nas áreas de planície do município. Já na área urbana, o processo de industrialização se ampliava rapidamente, se tornando um celeiro de empregos para o homem do campo.

Em 1977, visando mudar este momento ruim que a cooperativa enfrentava, houve uma mudança radical na diretoria, a começar pela presidência que passava de Francisco Wilson de Almeida Pirajá (1961-1977) para François Regis Guillaumon.

Com os problemas, muitos cooperados, sem produção, além de não entregarem café à cooperativa, deixaram de pagar pelos produtos adquiridos e se desvincularam dela. O número de cooperados e a produção reduziram pela metade. Tentando reverter à situação, a Coopemar criou, em 1986, a Credimar, uma cooperativa de crédito, que tinha como objetivo financiar os produtores e não deixá-los se desvincular da cooperativa. A Credimar sobreviveu por menos de 20 anos, encerrando suas atividades em 2008, quando foi adquirida pela Cocred (Cooperativa de Crédito).

Em Marília, a soja e o trigo, culturas temporárias incentivadas pelo poder político na modernização da agricultura, não encontraram condições adequadas para o plantio, devido, entre outros, ao solo e a movimentação do relevo. Assim, a necessidade de diversificar os produtos caminhava para os incentivos a frutas (como melancia), a mandioca, a cana-de-açúcar, ao amendoim, além da pecuária de corte e da ovinocultura, por meio de filiais nas seguintes cidades da região: Assis, Pompéia, Vera Cruz, Echaporã, Paraguaçu Paulista, Ocaçu e Oscar Bressane. Em Marília, seguia o predomínio de café, pecuária e amendoim.

Atualmente, com pouco mais de meio século de vida, a cooperativa ainda vive dos frutos das décadas passadas. Pouco se mudou desde meados de 1980. A estimativa que todas as dívidas seriam pagas até o final de 2011, não ocorreu, e, segundo Guillaumon, todo o excedente, quando existente, é repassado para pagar as dívidas. Ou seja, não há repartição entre os associados.

Apesar disso, a reestruturação da Coopemar, seguindo a mesma dinâmica da maioria das cooperativas nacionais, começou vinculada à industrialização, especialmente relacionada ao amendoim, produto muito utilizado pelas indústrias alimentícias de Marília e à produção de café de alta qualidade, principalmente para o mercado externo.

Sobre este assunto, o presidente disse que a cooperativa tardou em investir na sua industrialização pela ausência de recursos e de interesse dos produtores. Ele ressaltou, ainda, que até agora não havia produto que compensasse industrializar. Sobre as fusões, Guillaumon afirmou que foram oferecidas algumas propostas de outras cooperativas, mas todas em situações piores que a Coopemar e nenhuma com vantagens ou que sinalizassem recuperação.

A Coopemar conta com aproximadamente 1.250 associados de toda a região de Marília, sendo 30% produtores de café e 70% de diversos ramos, principalmente, amendoim, melancia, pecuária e mandioca. Segundo Guillaumon, só no município de Marília, a produção de café gira em torno de 60 mil sacas de café por ano, chegando ao máximo a 120 mil sacas, em ano excelente. A variação na quantidade de café produzido depende de diversos fatores, como: climático, tempo de vida dos pés de café, rotação de solo, etc.

Hoje, a cooperativa recebe o café do produtor, o beneficia e vende. Esta venda é, segundo o presidente, destinada em mais de 80% para o mercado externo, levado exclusivamente por transporte rodoviário terceirizado até o Porto de Santos (SP). A Coopemar recebe pelo serviço prestado e devido à ausência de capital, praticamente não compra café.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao final do trabalho não com a intenção de concluir ou encerrar o assunto, mas contribuir com a temática do cooperativismo e com o surgimento de novas inquietações acerca da realidade do cooperativismo no Brasil, do futuro desta forma de viver no capitalismo e da Coopemar que parece fugir do contexto ideológico do cooperativismo.

O surgimento do cooperativismo, como movimento ideológico e como uma forma de viver no sistema perverso, ocorre pensando em, de maneira coletiva, trazer benefícios na venda, compra, e qualidade de vida para todos os trabalhadores do campo, de maneira igual e sem benefícios a poucos.

Hoje em dia, as bases ideológicas do movimento, seguem no discurso dos “donos” do poder e nos textos das cartilhas e estatutos das cooperativas. Todavia, na prática está cada dia mais efêmero. As cooperativas se tornaram, com algumas exceções, em formas de ascensão social e enriquecimento de determinadas pessoas, em detrimento do coletivo. As administrações seguem autoritárias, “vitalícias” e “inquestionáveis” e os associados, sem incentivo e apoio, ficam a mercê do interesse de poucos.

O futuro do cooperativismo e das cooperativas no Brasil caminha para, cada vez mais, se aproximarem da lógica de uma empresa capitalista, com operários explorados. As fusões, que começam a ser mais frequentes, sinalizam para a consolidação e ampliação de grandes grupos.

A Coopemar surgiu com o pretexto de ajudar os pequenos proprietários rurais que com dificuldade de sobrevivência, passaram a beneficiar seu café, vender com preço melhor e comprar produtos a preços mais baratos. Com o passar do tempo, com a mudança agrícola, que desfavorecia o café e o pequeno produtor, e a ausência de administração das cooperativas voltadas para o associado, o pequeno produtor se viu obrigado a buscar novas formas de renda ou vender sua propriedade e mudar-se para as áreas urbanas. Em Marília, os pequenos produtores não sobrevivem mais do plantio de café. Alguns “românticos” que permanecem cultivando o produto buscam novas atividades para complementar a renda.

Na Coopemar, a estrutura física, envelhecida pelo tempo, parece parada na década de ouro do café. Limita-se a sede principal, em Marília, e nas filiais já citadas. O número de associados vem caindo, parte pela redução de pessoas que permanecem no campo, parte por não confiar mais na cooperativa e parte na rentabilidade do produto. No entanto, os valores precisos das quedas não são divulgados.

O futuro da Coopemar parece ser incerto; já o do pequeno produtor, que detém apenas da terra para sobrevivência, sem apoio e incentivo, parece ser de retorno ao modo de vida de miséria, como aquele antes da consolidação do cooperativismo, no século XVII, e de venda de terra para os detentores de capital.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Palmyos Paixão. **Co-operativismo** – o princípio cooperativo e força existencial-social do trabalho. Belo Horizonte: Fundec, 1981;

COOPEMAR, Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília. **História da Coopemar**. Disponível em: <<http://www.coopemar.com.br/Historia.htm>> acesso em: 28 de janeiro de 2014;

ENDLICH, Angela Maria. **Maringá e o tecer da rede urbana regional**. 1998. 221 páginas. Dissertação (mestrado em geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 1998;

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/censo2010/dados_divulgados/index.php?uf=35> acesso em: 17 de janeiro de 2014;

KEIL, Ivete Manetzeder e MONTEIRO, Sílvia T. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo, 1982. Disponível em: <http://www.cootrade.com.br/textos_artigos/artigo_pioneiros_rochdale.pdf> acesso em: 28 de janeiro de 2014;

MARÍLIA, Prefeitura Municipal de. **História e dados do município**. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/index.html>> acesso em: 20 de janeiro de 2014;

MATTEDI, Cássia Virginia Brisolla. **A união faz a cooperativa**: cartilha de comemoração de 30 anos da Coopemar. Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias Ltda. (Femecap), 1991. 13 p.;

MAURER JÚNIOR, Theodoro Henrique. **O Cooperativismo**: uma economia humana. São Paulo, 1966. 328 p.;

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná**. 1991. 353 páginas. Tese (doutorado em geografia) Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1991;

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **O cooperativismo internacional**. Brasília, 1990. 19 p.;

PEREIRA, Anísio Cândido. Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras: ensaio de abordagem social. In: **Revista Belo Horizonte**, v. 6, nº 1, p. 33-41, 1995;

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. São Paulo: Pioneira, 1966;

_____. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977;

_____. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004. 357 p.;

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. 69 p.;

SANTOS, Caio Augusto Marques dos. **O relevo e o sistema de afastamento e tratamento de esgoto da cidade de Marília-SP**. 2009. 192 páginas. Dissertação (mestrado em geografia) Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009;

SERRA, Elpídio. As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. In: **Revista Geografia da UEL**, v. 18, nº 1, Universidade Estadual de Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2508/2265>> acesso em: 11 de janeiro de 2014;

SILVA, Emanuel Sampaio *et al.* Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. In: **Unircoop Américas**. Disponível em: <<http://www.unircoop.org/unircoop/files/bibliotheque/Vol1No2.05.Unircoop.Br%C3%A9sil.crop.pdf%281%29.pdf>> acesso em: 11 de janeiro de 2014.

ANEXO – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. História da cooperativa desde a fundação, abordando:
 - a) Os motivos que levaram a fundação;
 - b) Os agentes que fundaram ou incentivaram a cooperativa;
 - c) A estrutura econômica, o apoio político, bancário e social;
 - d) A situação econômica do município e dos associados;
 - e) O perfil e quem eram os associados.
2. Sobre as mudanças na agricultura brasileira/modernização agrícola, após a década de 1960, e sobre o incentivo a industrialização e erradicação do café no Estado de São Paulo.
3. Sobre os seguintes assuntos, relacionados a cooperativa:

- a) Pró-rata;
 - b) Assembleia;
 - c) Estatuto/regimento;
 - d) Sobra/Conta capita;
 - e) Preço dia/compras.
4. A cooperativa na atualidade, destacando:
- a) A relação com o poder político e bancário;
 - b) A estrutura atual e a situação do patrimônio físico;
 - c) A situação econômica da cooperativa/fusões;
 - d) O perfil dos cooperados, a quantidade, a produção e a relação com a cooperativa.
5. Sobre as cooperativas agrícolas se tornarem cada vez mais uma cooperativa agroindustrial, com industrialização da produção.
6. Sobre as perspectivas de futuro:
- a) Metas e diretrizes norteadoras;
 - b) Objetivos;
 - c) Sonhos e ações.
7. Opinião sobre os seguintes assuntos:
- a) Modo de vida no campo;
 - b) Agricultura brasileira;
 - c) Política agrária/reforma agrária;
 - d) Movimento dos Sem Terra (MST).

Enviado em 04/02/2014

Aceito em 16/10/2014